

EXERCÍCIO DA CIDADANIA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO CONTEXTO FILOSÓFICO E ORGANIZACIONAL UM ESTUDO DE CASO NA UESPI – CAMPUS TORQUATO NETO

CONCEIÇÃO DE MARIA CARVALHO MENDES(AUTORA)
MARCELLO ATTA (ORIENTADOR)
Universidade Estadual do Piauí
Teresina-Piauí-Brasil
conceicaomendes1@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Constituição é uma arma na mão de todos os cidadãos, que devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias. Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão (MANZINE-COVRE, 1994, p.10).

Desse modo, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor.

Dessa forma, os direitos de uns precisam condizer com os direitos dos outros, proporcionando a todos o direito à vida, no sentido pleno – traço básico da cidadania.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA

A palavra cidadania originou-se da palavra latina *civitate*; por sua vez, *civitate* é a tradução latina da palavra grega polis. A exploração do sentido original destas palavras pode ser um bom ponto de partida para refletirmos sobre as idéias e as práticas da cidadania (MEDEIROS, 2002, p. 4).

Na Grécia, a polis era compreendida ao mesmo tempo como cidade (habitat) e como comunidade política (Estado). Os habitantes da cidade eram cidadãos e cidadãs.

Uma característica essencial da cidade-estado grega era o costume dos próprios membros da comunidade política estabelecerem suas leis e escolherem seus governantes. Atualmente, chamamos essa prática de democracia direta; os gregos chamavam-na de autonomia (auto: própria, nomos = lei), ou seja, a capacidade dos cidadãos de definirem as regras de sua convivência política e social. Nessa perspectiva, cidadão é quem participa ativamente da vida da cidade; é quem é membro da comunidade política, embora cidadãos fossem apenas aqueles homens livres nascidos na cidade-estado, excluindo mulheres, escravos e estrangeiros.

Para Sócrates, filósofo grego, nas assembleias dos cidadãos era importante a argumentação, o confronto de opiniões (doxa). Ora, Sócrates iniciou afirmando que, graças aos conceitos ou idéias de valor universal, produto do exercício da razão (logos), era possível captar a essência das coisas, obter um conhecimento verdadeiro (epistema). Criava-se, então, um conflito entre verdade objetiva e a decisão da assembleia, embora Sócrates reconhecesse que o confronto de opiniões na argumentação – método usado nas assembleias – era um caminho válido para o acesso à verdade. Sócrates foi condenado à perda da cidadania; preferiu a pena alternativa da morte por envenenamento (beber cicuta).

O filósofo Platão, por exemplo, discípulo de Sócrates, ainda escreveu suas obras na forma de diálogo, ou seja, de confronto de opiniões. Na República ideal, o governante deveria ser, antes de tudo, um sábio (rei-filósofo). A verdade das idéias passa a ser mais importante que a opinião dos cidadãos reunidos em assembleia.

Aristóteles, discípulo de Platão, tem uma palavra mais moderada, embora também não tenha muita simpatia pela democracia. Admite que as questões políticas e éticas são melhor resolvidas por considerações de ordem prática, utilizando a *phronesis* (discernimento, prudência), habilidade intelectual acessível ao cidadão comum, nascida da experiência da vida. Utiliza-a em decisões razoáveis durante as assembleias.

Na modernidade, o cidadão é entendido mais como um indivíduo livre do que como membro de uma comunidade política.

Há dois aspectos éticos: a importância da autonomia individual, da superação da minoridade intelectual, da capacidade de pensar por si mesmo, inclusive em matéria moral, destacando o papel da ética da autenticidade, segundo o princípio de que, na relação com os homens, ninguém deve ser tratado como meio, mas como um sujeito a ser respeitado em sua integridade individual, numa relação inter-subjetiva (MEDEIROS, 2002, p. 28).

Essas idéias desempenharam um importante papel na história. Ajudaram a criar a identidade de cidadão contra a identidade de súdito.

A liberdade foi enfatizada como liberdade de iniciativa econômica, como livre-empresa. O mercado como o ponto de partida ou o ambiente ordenador das relações sociais, pois a livre competição daria oportunidade a todos.

O controle do mercado, pelos grandes grupos econômicos, não só elimina a livre concorrência como concentra riqueza e provoca a exclusão social. A liberdade de iniciativa termina favorecendo alguns poucos e reduzindo oportunidades.

Cidadania implica ao mesmo tempo em direito (de estabelecer livremente as regras da convivência inter-pessoal, política, socioeconômica, cultural e ecológica) e em dever (de respeitar e zelar por estas normas de convivência que os próprios cidadãos estabeleceram, diretamente ou através de representantes legítimos). (MEDEIROS, 2002, p. 28).

No pensamento de Locke (1632-1704), no **Segundo Tratado sobre o Governo**, há uma composição de cidadania que permite uma compreensão de como ela pode servir para legitimar a exploração que burgueses farão sobre os trabalhadores. Quanto à propriedade do corpo *cada um tem uma propriedade em seu próprio corpo que só a ele diz respeito*. Ele afirma que a propriedade não é exatamente do corpo, mas o fruto que o corpo produz pelo trabalho ao se apropriar da natureza.

Rousseau (1712-1778), em **O Contrato Social**, apresenta uma construção de cidadania bem diferente, não para a exploração, mas para relações mais justas com os homens. Nenhum homem tem autoridade natural sobre seu semelhante, argumenta Rousseau: *a força não produz nenhum direito*. Para ele, há uma democracia direta, da qual todos participam. Reitera que nenhum homem pode ser tão rico a ponto de sua posição lhe permitir comprar o outro, e tampouco um outro tão pobre a ponto de se vender.

Para Kant (1727-1804), sobre o texto **Da Paz Perpétua**, situa sua concepção de cidadania, de como é importante, no sentido de que só as leis não constroem a cidadania, mas é importante que os homens comuns, trabalhadores, se apropriem também do espaço para a construção de leis favoráveis à extensão da cidadania.

Retiramos do próprio Marxismo: *os homens fazem a história, mas sob determinadas condições* (1994, p. 45).

Não pode haver cidadania se não houver um salário condigno para a grande maioria da população. O trabalhador, enquanto mercadoria, deve lutar para obter certa equivalência na troca estabelecida entre o capitalista e o Estado. É preciso que ele tenha acesso aos bens que complementem sua vida, como: habitação, saúde, educação, que compõem os direitos sociais.

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Na atuação de cada indivíduo *há uma esfera privada (que diz respeito ao particular) e uma esfera pública (que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos)*.

Em relação à polis grega, a esfera pública era relativa à atuação dos homens livres e a sua responsabilidade jurídica e administrativa pelos negócios públicos. *Na polis tudo era decidido mediante palavras e persuasão, sem violência. Eis o espírito da democracia. Mas a democracia grega era restrita, pois incluía apenas os homens livres, deixando de fora mulheres, crianças e escravos*. (MANZINI – COUVRE : 1994)

É imprescindível, para existência da empresa, que o trabalhador, depois de subir na hierarquia gerencial, também incorpore o saber tecnológico. A luta pela cidadania efetiva deve se dar também aí. E na defesa de seus direitos de trabalhador-cidadão, podem ter participação efetiva.

A tecnologia domina mas, ao mesmo tempo, pode libertar. Hoje, os trabalhadores têm mais conhecimentos; a evolução da tecnologia intensiva e a forma de produção complexa exige do trabalhador mais e mais especialização. Se disso ele tiver consciência, ela pode negociar.

A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA NO CONTEXTO DO TRABALHO

A cidadania plena deve transformar o cotidiano do trabalhador em algo bom, satisfatório, sobre condições que respeitem à própria vida, dando chance também à questão do desejo – a identidade do indivíduo com as atividades que realiza, sempre com o modo ser ético.

Para Locke (1632 – 1704), o que é meu não é só o que retiro da natureza por mim mesmo, mas tudo aquilo retirado pelo meu cavalo. Começa a delinear aqui os cidadãos e os não-cidadãos, os que têm propriedade do corpo e os que têm o corpo mandado. O direito a ela pertence àquelas, conforme suas palavras, que são os mais diligentes e racionais, em vez de preguiçosos e incapazes. Está aí perfilada a ideologia capitalista – da lei dos mais aptos e da competição –, possibilitando a exploração de grupos de homens por outros. Assenta-se aí, também, uma construção da cidadania que desenha a desigualdade. (LOCKE, 1994, p. 26).

Na realidade, é o próprio direito à vida, no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência.

Ao fundamentar decisões, as organizações legitimam seus atos de gestão e contribuem para sua permanência ao longo do tempo. Sem mecanismos democráticos de controle, manejados por organizações voluntárias, não há como morais orientadas para o bem da maioria prevalecerem. Mais do que uma opção da consciência individual, as morais são resultados da mobilização da cidadania.

Consideramos a necessidade de reconhecer e refletir a respeito das relações interpessoais como verdadeira arte de obter e preservar a cooperação e a lealdade dos componentes em grupo. Por isso, essa pesquisa (bibliográfica x campo) sobre o tema, visando a um conhecimento mais atualizado, revendo livros e pesquisando na UESPI em Teresina, para detectar e conhecer a realidade dos funcionários em termos das relações interpessoais.

Dessa forma, apresentaremos as diferentes reações dos funcionários diante da vivência no ambiente do trabalho, apresentando resultados das indagações com questões e resultados do estudo de caso em foco.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Na concepção de Well (1985), as relações interpessoais dependem de fatores complexos de entrosamentos e algumas realidades sociais: o grupo, o indivíduo que faz parte do grupo, e o líder que se firma pelo êxito do trabalho em equipe. Também o trabalho coletivo obedece a leis. Para este autor, é mera ilusão pensar que vida em grupo consiste, simplesmente, juntar indivíduos com o fito de atingir um objetivo comum.

A formação de grupo para realizar trabalho coletivo obedece às leis psicossociais, que determinam regras a serem seguidas, regras que quando contrariadas, levam em geral as empresas a fracassos totais ou parciais (WELL, 1985, p. 16).

Os administradores precisam sempre da ética da responsabilidade, um compromisso, um código. Cada ser humano deve tratar os outros como gostaria de ser tratado; o mesmo vale para as organizações. Ética, portanto, é uma questão de qualidade das relações humanas e indicador do estágio de desenvolvimento social. Hoje, as relações humanas não só visam aumentar a produção, mas também trazer para o funcionário satisfação e prazer no meio organizacional

O tempo de relações que tivemos com nosso semelhante vai determinar, em grande parte, para não dizer totalmente, a qualidade da existência; por isso é importante que procuremos tornar agradáveis essas relações. Porém, somente quando estimamos realmente as pessoas é que poderemos apreciar seu convívio. Por outro lado, para que possamos realmente apreciar as pessoas e seu convívio é necessário que saibamos compreendê-las. LOTUFO JÚNIOR (1971, p.29):

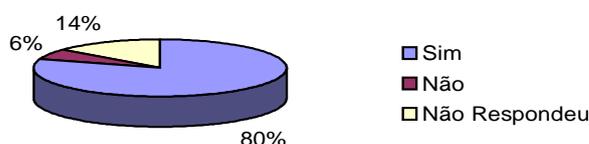
As organizações vêm se preocupando bastante com a Ética Profissional dentro do modo empresarial. Para obterem um melhor desempenho das pessoas no trabalho e um maior comportamento com os objetivos e planos das organizações, estão inseridas dentro de um contexto relacionado com a globalização, a expansão do mercado, a competitividade, a lucratividade e a estabilidade de atuação, na qual tentam alcançar seus objetivos de mercado, ao mesmo tempo que promovem os valores humanos e o bem-estar das pessoas.

Os funcionários recebem ordens a serem cumpridas sem a mínima explicação e satisfação. Ora, um funcionário que faz uma atividade ciente da importância do seu trabalho e do seu valor, produz muito mais em relação a outro funcionário do qual se pede simplesmente obediência.

É dessa forma que: (...) *aliada a um sistema justo de promoção e de remuneração, feito a céu aberto e não às escondidas, cria ambiente de confiança e de cordialidade* (WELL, 1985, p.31).

Quando você é promovido a um cargo de responsabilidade sem estar esperando por isso, ou não se sente inteiramente preparado para assumir as novas responsabilidades, não se acanhe: pergunte a seus chefes e a colegas mais experientes que medidas devem ser tomadas nesse cargo e quais as estratégias que funcionaram no passado.

Ascensão Social



Portanto, a experiência em cargos variados numa empresa comercial desenvolve a autoconfiança e diversas habilidades essenciais para enfrentar tarefas mais complicadas no futuro. O funcionário necessita encarar mudanças e desafios.

A crescente separação entre trabalho manual e intelectual impediu que o trabalhador tivesse acesso ao conhecimento, excluindo-lhe a autonomia, o desenvolvimento da solidariedade e a expressão da liberdade, indispensável ao exercício da cidadania.

Essa crise caracteriza-se pelo declínio da ética no trabalho, manifestado na descrença de que a atividade produtiva seja fonte de justiça social, de dignidade e de realização social.

Para que possamos exercer a liberdade, precisamos reconhecer nossas limitações e possibilidades, não sofrer qualquer coação, imposição de força interna ou externa; é necessário crer em soluções democráticas.



O conhecimento intelectual aparece como o suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica.

Partindo do pressuposto que: ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organizações das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas Cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (MANZINI-COVRE, 1994 : 9).

Portanto, sua proposta mais fundamental de cidadania é a de que todos os homens são iguais, ainda que perante à lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a sua própria vida, direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer.

REFERÊNCIAS

CALLADO, Lívio. **Relações interpessoais** marketing interior. São Paulo: Madras Business, 2002.

LIBÂNIO, J. B. **Ideologia e cidadania**.. São Paulo: moderna, 1995

LIGHT, René. **Organizações éticas por sua compreensão no modelo de compreensão behaviorista**. Thesis (doctoral)– Faculdade de Economia e Administração. São Paulo: FEA – USP, 1996.

LOTUFO JÚNIOR, Zenon. **Desenvolvimento pessoal e relações humanas** . São Paulo: Lisa – Livros irradiantes S.A, 1971.

MANZINI – COVRE, Maria de Lourdes. **O que é democracia**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MEDEIROS, Antônio José. **Teoria e prática da cidadania**. Teresina – PI. Centro Educacional de Entidades Reunidas “Manoel Otávio”, 2002. (Coleção Universidade Aberta). v.1.

WELL, Pierre. **Relações humanas na família e no trabalho**. Petrópolis: Vozes; 1980.

Conceição de Maria Carvalho Mendes (Autora)
Marcello Atta (Orientador)
Universidade Estadual do Piauí
Teresina-Piauí-Brasil
conceicaomendes1@yahoo.com.br